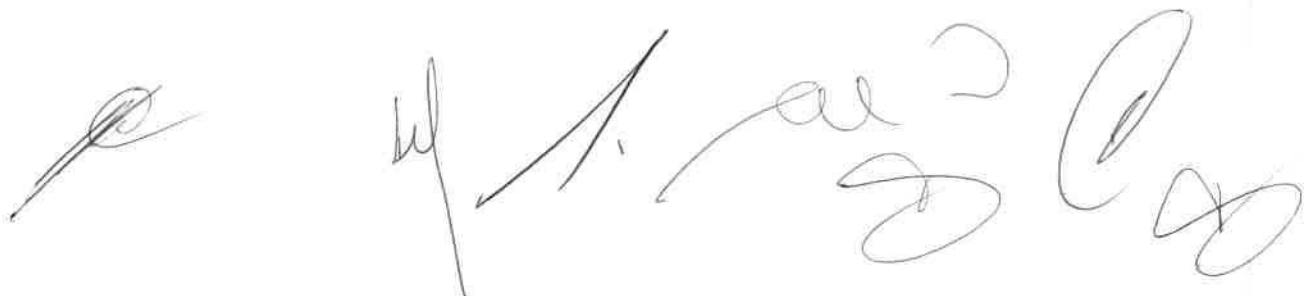


ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2008/2010

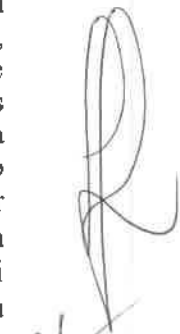
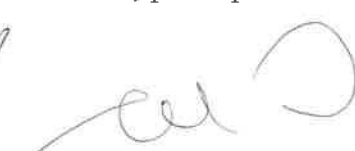
Aos sete dias do mês de novembro do ano dois mil e oito, na sala de reuniões da Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Pedro Antonio de Avellar, Willian Fernandes, Fernando Roberto Faria, Tiago Fensterseifer, Julio Cesar Tanone, Luciano Alencar Negrão Caserta, Denise Nakano Veronezi, Elaine Moraes Ruas Souza, Davi Eduardo Depiné Filho, Luciana Jordão, Geraldo Sanches Carvalho e Carlos Weis. Deu-se início aos trabalhos às 9h45min. A Presidente informou a reunião com o Secretário de Justiça. Informou a tramitação dos projetos no governo. Com relação à questão remuneratória, informou que há espaço para discutir sobre os projetos com os Secretários de Gestão e de Justiça. Narrou que esteve na Regional de Campinas para implementar o sistema de atendimento SIA. Informou a aprovação da PLP 28 na comissão de finanças. Informou a recepção de uma nova lista encaminhada pela EDEPE sobre a participação dos Defensores no curso de capacitação na carreira. Informou o recebimento de um relatório da Coordenadoria da Regional Leste. Informou a publicação na próxima semana do calendário da Defensoria Pública do fim de ano e do ano de 2009. Passou-se às comunicações da secretaria que informou as férias da secretária do Conselho Superior, a servidora Andrea Silva Britto e a substituta será a Servidora Sarah Rocha Tininis. Passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra à inscrita, Defensora Pública Anai Arantes Rodrigues, Representante da Apadep que prestou informações da reunião na terça com o Ministro da Justiça Tarso Genro. Convidou formalmente a Administração Superior a participar da Assembléia. Manifestou o fortalecimento da defensoria que tem sido muito positiva. Prestou informações do encaminhado informe ao Ministro da Justiça. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro Julio Cesar Tanone ressaltou a importância da regulamentação da aplicação imediata do novo sistema de aferição dos estágios probatórios bem como a importância de que o faça a partir da mensageria do portal, uma vez que o prazo para a entrega para os defensores ingressos no 1.º concurso se encerrará em 14 de novembro próximo. O Conselheiro Tiago Fensterseifer relatou o destaque da participação da Defensoria nos painéis do congresso de Defensores. Elogiou a participação da Escola, do Renato Campos Pinto de Vitto (CGA), Luciana Jordão e da Apadep. Destacou as teses institucionais que foram importantes para o fortalecimento da Defensoria de São Paulo. A presidente cumprimentou os Defensores participantes Dr. Antonio José Maffezoli Leite, Aluisio Iunes Monti Ruggeri Re, Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho e Carolina Bega. O Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta solicitou informações sobre as posições da AGE. Com relação à Administração solicitou esclarecimentos das atribuições nas unidades da Defensoria. Manifestou-se sobre o processo da triagem e pediu para que retorne na próxima sessão. Questionou a participação da Administração Superior sobre o convite feito pela APADEP. Informou a importância do calendário institucional. Sugeriu o encaminhamento das peças de estágio probatório via eletrônica para o próximo relatório. A presidente sugeriu para o Conselheiro Luciano protocolar uma proposta de alteração da deliberação que trata do estágio probatório. A Conselheira Luciana Jordão da Motta A. de Carvalho informou que o congresso foi significativo. Relatou o modelo que os outros Estados têm da Defensoria do Estado de São Paulo. Parabenizou a EDEPE pela atuação no Congresso. Relatou a recepção dos colegas e a sua atuação na casa da cidadania localizada no bairro do Jabaquara. Informou a reunião na terça para discussão da deliberação 89, promovida pelos Conselheiros Davi Eduardo Depiné Filho e Elaine Moraes Ruas Souza. Elogiou a iniciativa dos Subdefensores. O Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho informou sobre a ADIN. Relatou a conversa com o Ministro Celso de Melo e diz ser positiva. Informou a repercussão sobre a audiência de videoconferência. Com relação à alocação de prédios a Liberdade é prioridade e não



houve negociações até o momento, tendo outros imóveis em vista. Informou a vistoria técnica no prédio da liberdade esta semana. Informou a reunião do andamento da reforma elétrica e rede com os coordenadores e a CGA. Informou que nos próximos dias estará assinando o contrato com a empresa responsável pela reforma. Relatou sobre a preocupação com a regional Penha de França e em breve terá uma posição sobre as obras. Informou a ampliação da atividade extraordinária para atender a demanda. Informou a ampliação do Cravi nos plantões de períodos vespertinos, futuramente em outros plantões também. O Conselheiro Pedro Antonio de Avellar informa que protocolará oportunamente proposta de gratificação dos Plantões Cível e Família da Capital. A Conselheira Elaine Moraes Ruas informou que esteve na Regional de Campinas juntamente com a Defensora Patricia Simeonato para implementar o sistema de informatização SIA. Informou da dificuldade de informática que a regional está sofrendo. Parabenizou os colegas da Regional de Campinas sobre o esforço mesmo não tendo as condições necessárias para trabalho. Com relação à Liberdade, sugeriu que tenha planos de emergência estendendo às Regionais do interior. Discursou sobre a necessidade de a carreira encontrar meios para atingir os objetivos e pensar nos conseqüências de eventual paralisação. O Conselheiro William Fernandes informou que esteve em conferência com os ouvidores. Informou que a conferência se deu em catorze Estados. Registrou o fortalecimento e a importância da participação dos defensores no congresso. Informou o encaminhamento do informativo da Ouvidoria para todos os defensores. Informou o convite que recebeu da Presidente da Comissão de Justiça e Paz. Informou que nesta terça feira estará com o ministro Tarso Genro. Prestou informações da reunião do Conselho Consultivo da Ouvidoria. Registrou uma reunião em que foi questionado sobre a deliberação do regimento interno do conselho consultivo. O Conselheiro Fernando Roberto Faria atentou sobre as comissões temáticas. Informou a proposta já poderia instituir e apontar os nomes dando a seqüência. A Presidente respondeu que o Defensor Antonio José Mafezzoli Leite está coordenando a comissão e está finalizando o processo. O Conselheiro Geraldo Sanches de Carvalho pediu atenção com relação ao processo de Coordenador de Execução Penal. Justificou a sua ausência na última sessão. Pediu esclarecimentos da execução penal que está abandonada pela defensoria. A presidente respondeu sobre a negociação. Relatou a reunião que iniciou com um processo de cobrança e simulações. Informou que a resposta da Gestão será na próxima semana. Informou a audiência com os Ministros Silva Franco e Arnaldo Madeira. Informou a tentativa de agendar reuniões com os novos líderes e deputados para seguir na articulação política. Informou à Conselheira Elaine está fazendo proposta para criar as unidades antes de fazer o ato lotando os Defensores em suas comarcas. Com relação à Assembléia, informou que estará presente para fazer esclarecimentos. Informou o encaminhamento do ofício ao Presidente do Depem para inclusão da Defensoria Pública no INFODEM, cadastro nacional de dados. Informou que aprovou os blocos de intercâmbio e selecionará as atividades para fevereiro de 2009. Discordou com a posição do conselheiro Geraldo Sanches. Informou que o núcleo de execução é uma área muito sensível. Informou que os processos administrativos dentro da área de execução têm posição firme diante da tratativa com os convênios e a Funap. Justificou o afastamento do Defensor Renato Campos Pinto de Vitto. Informou a dependência da articulação política para a indicação ao Condege. A presidente esclareceu que a indicação é feita pelo ministro e não pela Defensora Geral. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se à Ordem do Dia. A presidente encaminhou a proposta das comissões temáticas. O Conselho entendeu a proposta do Conselheiro Fernando Roberto Faria prejudicada. CSDP nº 278/08. Interessado: Franciane de Fátima Marques. Assunto: Rotinas dos advogados da Funap, rotinas para atuação dos Defensores Públicos Coordenadores da Execução penal, plano de inspeção e demais providências. Relator: Conselheiro Tiago Fensterseifer. O Conselheiro relator Tiago leu relatório e voto. O Conselheiro Luciano iniciou pedindo vista do processo. A presidente sugeriu a leitura de cada artigo da proposta de deliberação e que os presentes se manifestem caso haja algum destaque. Aprovado. O conselheiro Pedro encaminhou proposta de alteração da nomenclatura da coordenadoria para coordenador da assistência jurídica ao preso. Proposta rejeitada para manter a nomenclatura original de coordenador regional de execução penal.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Pedro', followed by a signature that looks like 'William', and then a large, stylized signature that could be 'Fernando' or 'Tiago'. There are also some smaller initials and scribbles scattered across the bottom right area.

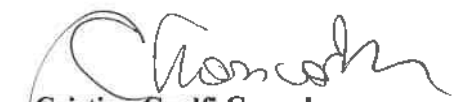
O Conselheiro Geraldo destacou a necessidade de retirar o nome Regional da nomenclatura. Aprovado. Proposta acolhida para ficar a nomenclatura como Coordenador de Execução Criminal. O 1º Subdefensor Público Vitore Andre Zilio Maximiano destacou a necessidade de instituir uma disposição transitória para adequar as rotinas à realidade. Aprovada. O Conselheiro Pedro destacou a necessidade de alteração do artigo 3º. Aprovada. A Defensora Pública Franciane de Fátima Marques relatou as dificuldades de relação institucional com as autoridades envolvidas na área de execução criminal. Destacou a necessidade de enumerar tais autoridades no inciso IV do artigo 3º. A presidente encaminhou proposta de alteração no inciso IV para autoridades locais. Aprovado. Aprovada proposta de retirar "Funap" do inciso V e acrescer a "a fiscalização do comprimento dos convênios privados". O Conselheiro Pedro sugeriu a supressão do inciso VI. O conselho aprovou a alteração da redação deste inciso para "as recomendações do Núcleo de Situação Carcerária". Aprovada a alteração da redação do inciso VII para "o ajuizamento de medida de natureza coletiva, mediante prévia consulta ao Núcleo de Situação Carcerária". Aprovada alteração do artigo 4º, parágrafo 1º para: "Manter. Juntamente com a assessoria de convênios, cadastro atualizado dos locais de trabalho, horários e telefones dos advogados e estagiários conveniados sob sua coordenação". A Defensora Franciane informou a impossibilidade de fazer relatório de atividades dos advogados da Funap. Encaminhou a alteração da redação o termo "conferir" para "analisar" no inciso VII do artigo 4º. Aprovado por unanimidade. A presidente propôs excluir o artigo 9º. Aprovado. Inclusão do parágrafo 2º no artigo 9º conforme sugestão da Defensora Carmem. A Presidente encaminhou a questão da força tarefa ao colegiado. Franciane explicou que o coordenador acumula a função de defensor e mais essa tarefa de coordenar a Execução Criminal. Carmem diz que o coordenador deve ter um acúmulo de trabalho como todos os que fazem a força tarefa. A presidente sugeriu algumas modificações desta deliberação e seguir a discussão na próxima sessão, faltando à disposição transitória. Aprovado por unanimidade. Vista concedida ao conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta.CSDP nº 247/08. Interessado: APADEP. Assunto: Comissão de prerrogativas da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. A presidente da Comissão de Prerrogativas encaminhou um ofício em cumprimento da deliberação com sugestão de nomes, com 8 nomes. Manifestou - se e procurada pelos colegas, informou o interesse do Defensor Eduardo Milton. Observou o número de colegas do cível e sugeriu a mescla das áreas cível, criminal e interior. Na votação ficou definido os Defensores Rafael, Bruna Rigo e Samanta. A Presidente da comissão de prerrogativas manifestou-se e sugeriu a Bruna ao invés do Rafael. . A Presidente do Conselho encaminhou a proposta da substituição do Rafael pelo Defensor Alexandre. Aprovado. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora indicar os seguintes Defensores Públicos para membros da Comissão de Prerrogativas: Alexandre Pereira Soares; Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes; Samanta Romano Tresinari Grangeiro e Felipe Pires Pereira, indicado pela Defensora Pública-Geral. CGDP-CEAEP nº 050/08. Interessada: Mariana Melo Bianco. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 120/07. Interessado: Frederico T. de Almeida e Monteiro. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Fernando Roberto Faria. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CSDP nº 344/08. Interessada: Ana Carolina Franzin Bizzarro. Assunto: RECLAMAÇÃO, em face da publicação do ato de promoção publicado no dia 22/09/2008. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. A Presidente questionou a secretaria se os processos são distribuídos por dependência do relator. A Secretaria informou que é feita uma seqüência de ordem alfabética dos relatores. A Presidente encaminhou a proposta de todos os recursos sejam por dependência ao relator. Aprovado. Este conselho aprovou e deverá ser encaminhado ao Carlos Weis. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, distribuir o recurso, por dependência, ao relator



do CSDP 302/08. CSDP nº 362/08. Interessado: Willian Fernandes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 89, para regulamentar hipótese de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes e interesses individuais. Relator: Conselheiro Carlos Weis. O Conselho discutiu e concluiu que a DPG é competente para editar enunciados em especial a relação da deliberação 89. Vista a conselheira Elaine Moraes Ruas. CSDP nº 361/08. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Proposta de regulamentação de atividades docentes e discentes realizadas por Defensor Público. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. Os planos de aula deverão ser apresentados à Corregedoria. O Corregedor Geral propôs saber quem ministra aula e os horários, para fixar um critério de horas para deliberar. Sugeriu que o Defensor não precisa comunicar carga menor de 5 horas e seja deferido antecipadamente. Acima de 5 horas aula será analisado pela Corregedoria. Vista ao conselheiro Tiago Fensterseifer. CSDP nº 363/08. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos, que participarão da palestra Temas Atuais de Processo Civil em Matéria de Impugnação Direitos Humanos, nos dias 23 e 30 de outubro de 2008. Relator: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O conselho superior DELIBEROU, por unanimidade, aprovar o pedido de afastamento retroativamente. CSDP nº 374/08. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação de Aula sobre Exame de Paternidade, a ser realizado no dia 07 de novembro em São Paulo. Relator: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento dos interessados, condicionado à apresentação pela interessada Diana Melo da concordância do Coordenador. CGDP-CEAEP nº 013/08. Interessada: Amanda Ruiz Babadopulos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 019/08. Interessada: Juliana Martins de Carvalho Monnerat. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheira Elaine Moraes Ruas. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 124/08. Interessado: Ricardo Cesar Franco. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão, em razão da ausência do relator. CGDP-CEAEP nº 118/08. Interessado: Flavio de Almeida Pontinha. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão, em razão da ausência do relator. CGDP-CEAEP nº 048/07. Interessada: Phenelope Carvalho de Almeida. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 107/08. Interessado: Leandro de Marzo Barreto. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP-CEAEP nº 089/07. Interessado: Volney Santos Teixeira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. Incluir a lista da EDEPE no processo. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. 377/08 (Exceuiu a pauta). Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação da "Educação em Direitos: Caminhos e Balanço de sua Implementação" a ser realizada no dia 07 de novembro em São Paulo. Relator: Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o pedido de afastamento dos interessados. CSDP nº 354/08 (Exceuiu a pauta). Interessado: Davi Eduardo Depiné Filho. Assunto: Concurso de Estagiários de Direito para



Regional de Guarulhos. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o Edital de prorrogação do prazo de inscrição do Concurso para Seleção de Estagiários de Direito para Regional de Guarulhos. O conselheiro Carlos Weis levantou a questão do arquivamento das peças eletrônicas. Sugeriu uma deliberação e propôs efetuar um ato de anexar junto ao relatório das peças em cd, não havendo necessidade de criar uma deliberação. Informou um equívoco na redação e altera "relatório o coordenador regional", no anexo II. Será republicado por haver incorreções. A presidente informou que na próxima semana voltara o processo da triagem em pauta, pediu ao colegiado que amadureçam sobre o tema. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Timinis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos sete dias do mês de outubro do ano de 2008.



Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente




Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro




Elaine Moraes Ruas Souza
Conselheira



Geraldo Sanches Carvalho
Conselheiro



Julio Cesar Tanone
Conselheiro



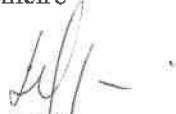
Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro




Willian Fernandes
Conselheiro



Carlos Weis
Conselheiro



Denise Nakano Veronezi
Conselheira




Fernando Roberto Faria
Conselheiro



Luciana Jordão da Motta A. de Carvalho
Conselheira



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Tiago Fensterseifer
Conselheiro